

**V.S.ª PREGOEIRO – SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – PODER JUDICIÁRIO – UNIÃO FEDERAL**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 23/2019
Processo e-PAD nº 35898/2019

CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELLI, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.723.789/0001-71, com endereço na Rua Magnólia, nº 931, Bairro Pedro II, CEP 30.770-020, Belo Horizonte/MG, vem, por meio de sua representante legal subscrita, com base na alínea *a* do inc. XXXIV do art. 5º da CF/88, manifestar e requerer quanto o seguinte.

I. BREVE SUMA DA QUESTÃO EM DISCUSSÃO. SUMA DAS RAZÕES DE APRESENTADAS EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O presente procedimento licitatório visa *in verbis*, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de *serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional* nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais. Frisa-se o então o seguinte: **prestação de serviços, continuados (12 meses), de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.**

Sob a rubrica ***Julgamento da proposta***, no subitem 9.1., lê-se que, *ipsis litteris*, para julgamento da proposta, será considerada como primeira classificada aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o menor preço global anual por lote. Frisa-se: **menor preço global.**

A licitante declarada vencedora, a ***Santa Fé Serviços Eireli***, na composição de seu preço, cotou preço baixíssimo para a sua mão de obra utilizando o piso salarial de Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícias, Informações, Agentes Autônomos (SINTAPPI/MG) e o Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais (SINSERHT/MG).



Como dispõe o subitem 19.3.4. do Termo de Referência, todas as licitantes são obrigadas a apresentar documento que apresente seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) principal. Como atestada a ficha emitida pela Receita Federal, o CNAE da licitante vencedora é 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros.

Em seu contrato social, lê-se que o objeto social da licitante vencedora é fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial.

Dessa forma, observa-se o seguinte fato: a licitante vencedora na composição de seu valor utilizou de piso salarial de categoria que não corresponde à sua atividade principal, não corresponde a seu objeto social e não corresponde ao objeto da licitação em tela.

Qual a motivação para tanto? *Data maxima venia*, a motivação é escusa, a licitante visa fraudar a licitação violando direitos trabalhistas.

A conduta da Recorrida, ao escolher CCT de categoria alheia à sua atividade principal, viola o art. 581, § 2º, da CLT¹ e art. 8º, inciso II, da CF/88²

O uso de piso salarial de categoria associada ao trabalho temporário, quando se fala em prestação de serviço continuado, viola também o subitem 5.3 do Edital, que proíbe a cotação de serviço diverso do objeto da licitação³

1 Art. 581. Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da atividade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências. [...] § 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.

2 Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...] II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;



Já o subitem 6.9.1 determina que para o preenchimento da planilha de preços, as empresas interessadas deverão observar rigorosamente, para fins de composição de insumos, as obrigações constantes nas CCTs da categoria, indicando o sindicato que rege a categoria profissional que executará os serviços. Já que a Administração não deseja contratar, por esse certame, *assessores, pesquisadores, peritos, autônomos, prestadores de serviços de recursos humanos e trabalhadores temporários* e já que a licitante vencedora não é sociedade empresária do ramo de *assessores, pesquisadores, peritos, autônomos, prestadores de serviços de recursos humanos e trabalhadores temporários*, logo se vê que o subitem 6.9.1⁴ também foi violado.

Tem-se então que a proposta da licitante vencedora não está de acordo com as condições previstas nesse edital (cotação do objeto do edital – 5.3; utilização de sindicato correspondente à categoria dos funcionários que executarão o objeto do contrato – 6.9.1) de forma que deve ser desclassificada a sua proposta, por força do subitem 9.4.1⁵, que comanda que devem ser desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas no Edital.

Percebe-se ainda, pelos motivos já expostos, que a licitante vencedora deve ser desclassificada também com base no **subitem 9.4.2⁶**, que determina a desclassificação das propostas que contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

Há que ser observado ainda que a licitante vencedora foi filiada ao SEAC/MG (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas

3 6.3. Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4 6.9. Para preenchimento da planilha de preços, as empresas interessadas deverão: 6.9.1. Observar rigorosamente para fins de composição dos insumos, as obrigações constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria, bem como a legislação aplicável no que concerne a composição dos valores de vale-transporte e demais benefícios, indicando quais são os sindicatos ou quais acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas regem as categorias profissionais que executarão os serviços, bem como as respectivas datas-bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

5 9.4. Serão desclassificadas as propostas: 9.4.1. Que não estiverem de acordo com as condições previstas neste edital;

6 9.4. Serão desclassificadas as propostas: [...] 9.4.2. Que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

Gerais) de 26 de maio de 2003 até o dia 22 de julho de 2020. Em 22 de julho a licitante Recorrida enviou carta pedindo sua desfiliação do SEAC/MG. Em paralelo, têm-se que a licitação em tela teve seu Edital publicado em outro de 2019, tendo sido adiado o seu processamento por duas vezes.

O Edital, em seu **subitem 5.1.4⁷** deixa claro que as propostas devem ser apresentadas com base nos custos do exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho. Ou seja: a licitante Recorrida se valeu do subterfúgio de alterar sua filiação sindical *durante o curso do procedimento*, o que, além de violar todos os dispositivos antes citados, acaba por violar mais essa outra norma.

Vale ainda apontar que numa tentativa pífia de tentar fazer valer utilização da CCT SINTAPPI/MG x SINSERTHT/MG a licitante Recorrida alterou seu contrato social em maio de 2020, para inserir "recursos humanos" em suas atividades econômicas, como se essa simples alteração documental tivesse o condão de alterar a realidade de sua atividade econômica.

Assim, por todo o exposto, requereu-se, por meio de Recurso Administrativo próprio e tempestivo, a desclassificação da **Santa Fé Serviços Elreli**, prosseguindo esse certame nos termos da lei.

Contra essas razões, a Recorrida aduziu o seguinte em suas Contrarrazões:

- a. A Recorrida questiona a interferência do SEAC/MG (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais) nos autos do presente procedimento licitatório;
- b. apresenta o Acórdão de nº 0010927-94.2017.5.03.0139, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, como precedente que lhe daria razão;
- c. cita o Acórdão de nº 0066500-25.2003.5.03.005, também do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, como outro precedente que supostamente lhe daria razão;

⁷ 5.1.4. As propostas dos licitantes deverão ser apresentadas tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho.



d. cita o Parecer n. 01422/2019/CJU-MG/CGU/AGU como se o entendimento ali esposado lhe desse razão;

e. faz interpretação enviesada e incabível das categorias representadas pelo SINSERTH – Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços de Recursos Humanos e Trabalho Temporário Terceirizado no Estado de Minas Gerais

f. cita trechos do que afirma ser decisões judiciais sem apontar qualquer informação que permita a consulta ou verificação de tais decisões.

Como se verá adiante, nenhum desses pontos tem o condão de enfraquecer os argumentos apresentados em sede de Recurso Administrativo.

II. DA TRÉPLICA. DO NECESSÁRIO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO CONTRA A SAGRAÇÃO DA RECORRIDA SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELLI COMO VENCEDORA DO CERTAME

À guisa de *disposições preliminares*, na fl. 2 de suas contrarrazões, a Recorrida aduz que é curioso que o SEAC/MG (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais) tenha se manifestado nos autos do presente procedimento licitatório.

Cabe então lembrar que os processos licitatórios tramitam em obediência, dentre outros, ao princípio da *publicidade* (art. 37, *caput*, CF/88), haja vista que administração da *res publica* é do interesse de todo e qualquer cidadão. Ademais, nossa Constituição positiva como sendo função dos sindicatos a defesa de direitos e interesses coletivos da categoria, tanto em questões judiciais quanto administrativas (art. 8º, inc. III, CF/88), o que também se lê no art. 513 da CLT. Assim, resta claro que o SEAC/MG tem tanto *interesse jurídico* quanto *legitimidade* para manifestar nos autos.

A partir da página 2 de suas Contrarrazões a Recorrida começa a fazer uma exposição enviesada de alguns julgados desse Egrégio Tribunal Regional, afirmando que existia *jurisprudência* dessa Corte que lhe desse guarida. Nada mais errôneo.